



# BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



## Efeitos duvidosos

Com o presidente em baixa nas pesquisas, o governo aposta que conseguirá manter seus aliados com cargos e emendas. Só tem um probleminha: há um momento em que esses instrumentos perdem a validade. Bolsonaro ainda não chegou a esse ponto. Mas, avisam os integrantes do Centrão, se continuar “contratando crises”, chegará.

## Nesse clima, esquece

As reformas que o governo pretende fazer, tributária, administrativa e voto impresso, só são possíveis com “amplo consenso”, como tem dito Arthur Lira. Até agora, toda as contas feitas pelos partidos indicam que não há votos nem para a tributária nem para a administrativa.

## Estica aí

A intenção da presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), é votar o relatório preliminar nesta segunda-feira e abrir prazo para emendas até quarta. Porém, há um grupo de deputados interessado em prorrogar esse período até a próxima semana. Assim, fica praticamente impossível aprovar a LDO a tempo de realizar o recesso.

## Explica aí

Esta semana, a CPI ouvirá justamente a turma que tentou intermediar a compra de vacinas, algumas inclusive que não aceitavam intermediários, caso da AstraZeneca. A Precisa, intermediária na compra da Covaxin, operação suspensa depois das denúncias reveladas na CPI, terá que explicar também por que falava em pagamento antecipado.

# Grupo de Arthur Lira pisa no freio

O grupo político capitaneado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, está cada dia mais ansioso quanto ao próprio futuro e dividido em relação ao governo. Lira continua firme e fiel ao presidente Jair Bolsonaro, porém outra ala se desloca em busca de outras apostas para 2022, o que pode comprometer as votações importantes para o governo na Casa.

» » »

Com paciência e dedicação, Lira tem tentado segurar e levar adiante as reformas constitucionais. Mas, há quem diga que, se Bolsonaro continuar esticando a corda, o Centrão buscará outros caminhos. Lira, aliás, em várias conversas, tem avisado que está à disposição e se esforçará para buscar harmonia e um clima favorável às reformas, mas não tem compromisso com o erro alheio.



Pacífico

CURTIDAS

Júlio Nascimento/PR/reprodução



**A briga da semana/** Depois da marcação do depoimento de Ricardo Barros, o governo agora se verá às voltas com a convocação do ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Onyx Lorenzoni (foto). Renan quer para o mais breve possível. Os governistas tentam adiar. Consideram que é colocar alguém muito próximo ao presidente no banco do desgaste político.

**Pisando em ovos/** Em Porto Alegre neste fim de semana, o presidente Jair Bolsonaro escolheu com muito cuidado suas primeiras declarações públicas sobre o encontro com o deputado Luis Miranda e o irmão do parlamentar, Luis Ricardo, no Palácio da Alvorada. O principal receio é de que apareçam gravações do encontro.

**Ainda tem pólvora/** Vale lembrar que o deputado Luis Miranda disse com todas as letras, em entrevista ao CB.Poder, que tem como provar tudo o que tem dito a respeito deste encontro. A amigos do deputado, ele avisou que os 50 minutos de conversa com Bolsonaro estão devidamente registrados.

**Não será fácil para ninguém/** Depois de analisar as manifestações nas redes sociais, os bolsonaristas estão convictos de que Lula terá dificuldades de caminhar nas ruas no ano eleitoral. Sempre haverá alguém para constrangê-lo. No caso de Bolsonaro, porém, os petistas prometem que não será diferente. Foi-se o tempo em que Bolsonaro recebia apenas elogios em suas lives.

## PODER

Em resposta às agressões e ofensas disparadas pelo presidente da República, ministros da Corte mencionam “crime de responsabilidade”, além de “respeito às instituições” e à “honra de seus integrantes”. Leitura é de que perda de popularidade leva Bolsonaro a adotar tom desesperado

# Recados do STF a ataques

» RENATO SOUZA

Carlos Moura/SCO/STF



Fux e Barroso: enquanto o presidente do STF saiu em defesa da instituição, Barroso recomendou a música *Cálice*, do cantor Chico Buarque

Em uma escalada de acusações e ameaças de atos autoritários, o presidente Jair Bolsonaro vem desafiando o Poder Judiciário. Ao longo da semana passada, o chefe do Executivo afirmou reiteradas vezes que ocorreram fraudes nas eleições de 2014, e alega que Aécio Neves venceu o pleito. No entanto, convocado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para apresentar provas do que diz, Bolsonaro ainda não se manifestou e ameaça atuar para aplicar um golpe, barrando as eleições de 2022. O comportamento do presidente é visto no Supremo Tribunal Federal como um ato de desespero diante da queda de sua popularidade.

Entre os ministros do Supremo, as ameaças de que “pode não ter eleição em 2022” caso não seja implantado o voto impresso situam-se no limite entre a liberdade de manifestação e a conduta criminosa, que enseja crime de responsabilidade. O custo da impressão das cédulas seria de R\$ 2,5 bilhões ao longo de 10 anos, além dos riscos para o sigilo do voto. Na sexta-feira, o ministro Alexandre de Moraes, que vai conduzir o TSE durante as eleições gerais do ano que vem, reagiu de maneira contundente. “Os brasileiros podem confiar nas Instituições, na certeza de que, soberanamente, escolherão seus dirigentes nas eleições de 2022, com liberdade e sigilo do voto. Não serão admitidos atos contra a Democracia e o Estado de Direito, por configurar crimes comuns e de responsabilidade”, escreveu ele nas redes sociais.

O presidente do Supremo, ministro Luiz Fux, respondeu aos ataques com um tom mais institucional, mas deixou claro que excessos

não serão tolerados. Em nota, afirmou que o tribunal “rejeita posicionamentos que extrapolam a crítica construtiva e questionam indevidamente a idoneidade das juízas e dos juízes da Corte”. O presidente do STF demarcou, ainda, os limites da convivência entre os Poderes da República. “O Supremo Tribunal Federal ressalta que a liberdade de expressão, assegurada pela Constituição a qualquer brasileiro, deve conviver com o respeito às instituições e à honra de seus integrantes, como decorrencia imediata da harmonia e da independência entre os Poderes”, escreveu.

Além de provocar desgaste institucional, as declarações do presidente Jair Bolsonaro podem gerar desdobramentos, inclusive na Justiça. O capitão da reserva do Exército chegou a dizer que o mi-

nistro Barroso se articula pessoalmente contra o voto impresso, e acusou-o de defender a prática de pedofilia, além de chamá-lo de “idiota” e “imbecil”. “Se nós queremos uma maneira a mais para mostrar transparência, por que o Barroso é contra? Ministro do Supremo Tribunal Federal, uma vergonha um cara desses estar lá. Não é porque ele defende aborto não, não é porque ele quer defenleiro, deve conviver com o respeito à instituição e à honra de seus integrantes, como decorrencia imediata da harmonia e da independência entre os Poderes”, escreveu.

Barroso respondeu com ironia, ao postar na rede social um poema, falando sobre “insulto”, “mal” e recomendando a música *Cálice*, de Chico Buarque. No entanto, Rodolfo Tamanaha, professor de direito constitucional do Ibmec Brasília, afirma que o magistrado pode inclusive reagir na Justiça. “As declarações contra o ministro Barroso, por exemplo, poderiam caracterizar crime contra a honra, como calúnia, difamação, injúria, e o ministro poderia propor uma ação contra o presidente Bolsonaro por este tipo de crime. Mas seria inusitado, pois seria julgado pelo próprio Supremo, em razão da natureza do cargo envolvido”, diz.

Ele destaca que, em relação às acusações de fraude, o TSE pode responder como instituição. “Quanto ao voto impresso, o TSE

tem função ativa, fiscalizatória e jurisdicional. Ele julga, normatiza as resoluções sobre as eleições e tem ação fiscalizatória por monitorar crimes eleitorais. Ele pode trazer para a opinião pública que o sistema eletrônico não tem falhas relevantes”, completa.

Eduardo Galvão, analista político, aponta que as relações entre os Poderes frequentemente passam por situações de crise, o que não representa rompimento democrático. “Ataques de presidentes ao STF não são exclusividades do nosso momento atual. O ex-presidente Lula disse, quando estava no governo, que o Supremo estava acovardado. A harmonia entre os Poderes sempre é tensa. Os poderes democráticos têm suas funções típicas e atípicas, como fiscalizar os excessos dos demais. É

uma relação em que sempre há uma observância. Isso não quer dizer, de forma alguma, que exista risco para as eleições. As eleições são base do sistema democrático, com instituições fortes”, destaca.

## Novo ministro

A série de críticas ao sistema eleitoral disparadas por Jair Bolsonaro ocorrem na iminência da indicação de um substituto para o ministro Marco Aurélio Mello, que deixa a Corte nesta segunda-feira, ao completar 75 anos de idade. A tendência é de que o próximo indicado à Corte seja o atual advogado-geral da União, André Mendonça. Apesar de ter se envolvido em polémicas, ao usar a Polícia Federal e a Lei de Segurança Nacional para perseguir opositores do governo, Mendonça tem boa aceitação entre os integrantes do Supremo. “A avaliação é de que ele sempre atuou para reduzir o impacto das declarações e colocar panos quentes no que o presidente fala”, diz um interlocutor de magistrados do Supremo.

O próprio ministro Marco Aurélio declarou publicamente apoio ao ingresso de Mendonça na vaga que ele deixa na Corte. As ações do presidente até agora eram interpretadas como “bravata” para tentar manter o apoio de eleitores mais radicais e discurso político de inovação. Ele foi eleito declarando oposição ao que chamou de “velha política”. No entanto, ao ser eleito, além de manter alianças com o Centrão, derrapou em suas propostas e protagoniza uma agenda de escândalos de corrupção, como supostas fraudes envolvendo a compra de vacinas contra a covid-19. As alegações de irregularidades nas eleições seriam uma maneira de manter apoio dos eleitores.